

**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

DATA: 28.09.2010

HORÁRIO: 13:30 as 17:00

LOCAL: Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

Membros:

Participantes:

SETP

COGEMAS

Carmen C. Zadra

Denise Ferraz Aguiar

Ironi do Rocio Vieira de
Camargo

Evanilda Rank de Oliveira

Nicéia Brandão Lemes

Jiuzete V. Araújo

Nircélio Zabet

Marcela Laino Verrilo

Rosilene Beatriz D. Link

Representantes da Secretaria Técnica:

Carla de Souza

Kelli Regina Albanese

Rosely Lemos

Sionara de Paula

Demais participantes:

Alda Aguiar

Alexandra Novakowski

Aline Mendes de Queiroz

Andressa Linhares

Carmen Cunha

Claiton Siqueira

Creusa Lurdes de Melo

Débora Gonçalves

Elenice Malzoni

Eliane Kaminski

Fernanda Brandt

Kátia R. Nenevê

Keity F. Da Cruz

Laura Gorski

Leandro Legiamont

Letícia Raymundo

Margarete Gibim

Margarete M. Dalla Costa

Márcia Buhner

Nádia Salgado

Osicléia Carneiro

Rosilda Oliveira

Rosana R. Dias de Macedo

Sandra Mancino

Pauta de reunião ordinária

Data: 28.09.2010

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 29 de junho de 2010;
- Dificuldades municipais sobre pagamento de pessoal e realização de concurso;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- apresentação do quadro

prazo expirado em julho e agosto de 2010;
- processos de desabilitação;
- Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu: retorno dos relatórios advindos dos representantes do MDS;
- Instrumentos de Gestão da Política de Assistência Social: retorno sobre o preenchimento;
- Ofício nº 010/2010 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Curiúva referente ao Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeiro de 2009.

Informes:

- Ofício do MDS referente ao Censo CRAS 2009;
- Resolução nº 008/2010 – CIT;
- Repasse das Reuniões Ordinárias da CIT ocorridas em 04 de agosto e 01 de setembro;
- Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS 2010, ocorrido em Brasília/DF entre os dias 18 a 20 de agosto de 2010;
- Oficina de Acompanhamento de Proteção Social Básica – 09 e 10 de setembro/2010;
- Evento em Foz do Iguaçu para discussão da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Revisão da NOB/SUAS (22 e 23 de setembro/2010).

- **Aprovação da pauta da reunião;**

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, cumprimentou os gestores, técnicos e convidados presentes, após, confirmou o quórum mínimo para início da reunião. O ponto de pauta “Censo SUAS” e o informe “Calendário das Câmaras Técnicas” foram incluídos, e sem mais modificações, a pauta foi aprovada.

- **Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 29 de junho de 2010;**

Foram realizadas algumas contribuições, e sem mais, a memória foi aprovada.

- **Dificuldades municipais sobre pagamento de pessoal e realização de concurso;**

Vários municípios estão apresentando dificuldades no que se refere a contratação de pessoal e realização de concurso público, pois o limite de gastos com o quadro de funcionários excedeu o limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Ironi do Rocio Vieira Camargo, técnica da SETP, informou que PAIF (CRAS) e PAEFI (CREAS) por serem serviços eminentemente estatais, devem ser ofertados pelo município e, portanto a contratação de pessoal dever ser realizada diretamente pelo município. Já os serviços socioassistenciais, que têm caráter complementar podem ser ofertados pela rede socioassistencial, contanto que sejam referenciados a estes equipamentos.

Esta problemática foi apresentada ao Tribunal de Contas, o qual iniciou discussão sobre a temática, no sentido de edição, pelo TC de Instrução Normativa que conste, entre outras coisas, quais os serviços que devem ser prestados diretamente pelo município e quais podem ser ofertados pela rede, bem como, quais serão contabilizados na folha de pagamento e quais não. Aguarda-se, portanto, um posicionamento e o apontamento de alternativas viáveis para este impasse. Ironi Camargo informou também que há intenção, por parte da SETP, em realizar um evento, em novembro, com gestores e contadores municipais, com intuito de produzir soluções acerca desta problemática incorporando as discussões realizadas nos municípios.

Nicéia Brandão, coordenadora da CIB, reforçou que a discussão está sendo realizada juntamente com o Ministério Público, Tribunal de Contas e Controladoria Geral da União – CGU. Ainda cogitou a possibilidade de convidar representantes do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome – MDS para fomentar essa discussão.

- **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos**

processos;

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, apresentou o quadro dos pleitos à habilitação dos 17 (dezesete) municípios que encaminharam o processo, descrevendo as pendências detalhadas. Informou que os processos estavam disponíveis para consulta, caso alguém necessitasse sanar dúvidas referentes a análise da documentação.

Kátia R. Nenevê, representante da Prefeitura Municipal de Piên, esclareceu que a nova Lei do CMAS elaborada este ano está de acordo com as normativas do CNAS. Contudo, a publicação ainda está de acordo com a Lei antiga e a composição será readequada conforme a nova Lei na próxima Conferência. Informou também que foi enviado ao Escritório Regional cópia das duas leis.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público, lembrou que nas reuniões anteriores, no que se refere ao fluxo inicial do monitoramento, foi pactuado o acompanhamento de alguns municípios pelo Ministério Público. Ao analisar a tabela que descreve as inadequações dos 17 pleitos de habilitação apontou a necessidade de incluir o acompanhamento do Ministério Público para aqueles que apresentam pendências que demandam o envolvimento dos promotores locais, como por exemplo, a exigência da composição paritária do Conselho Municipal de Assistência Social. Os demais membros concordaram com a sugestão.

Carmen Zadra, representante da SETP, informou que o município de Fernandes Pinheiro devolveu o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil no ano passado e o MDS questionou esta ação, pois ainda apresenta crianças em situação de trabalho infantil no município. Além disto, a Ministra Márcia Lopes na última Conferência Mundial, reafirmou o compromisso do Governo Brasileiro de erradicar o trabalho infantil no país e o MDS está novamente fomentando este programa com novos instrumentos operacionais. Assim, cogitou a possibilidade de acompanhamento do Ministério Público para esse município. Dessa forma pactuou-se o que segue:

ESCRITÓRIO REGIONAL	MUNICÍPIO	PACTUAÇÃO EM 28/09/2010
CASCADEL	Quatro Pontes	Habilitado com condicionalidade
CIANORTE	São Manoel do Paraná	Habilitado
CURITIBA	Balsa Nova	Habilitado com condicionalidade + Acompanhamento Ministério Público
	Campo do Tenente	Habilitado com condicionalidade
	Doutor Ulisses	Habilitado com condicionalidade
	Piên	Habilitado com condicionalidade
FOZ DO IGUAÇU	Entre Rios do Oeste	Habilitado com condicionalidade
IRATI	Fernandes Pinheiro	Habilitado com condicionalidade + Acompanhamento Ministério Público
	Inácio Martins	Habilitado com condicionalidade
FRANCISCO BELTRÃO	Enéas Marques	Habilitado com condicionalidade
	Flor da Serra do Sul	Habilitado com condicionalidade
	Manfrinópolis	Habilitado com condicionalidade

	São Jorge D'Oeste	Habilitado com condicionalidade
MARINGÁ	Ivatuba	Habilitado com condicionalidade
	Nossa Senhora das Graças	Habilitado com condicionalidade
PATO BRANCO	Itapejara D'oeste	Indeferido + Acompanhamento Ministério Público
UNIÃO DA VITÓRIA	Antônio Olinto	Habilitado com condicionalidade

Sandra Mancino, representante do Ministério Público, observou que os municípios habilitados com condicionalidade e com acompanhamento do Ministério Público serão incluídos em um projeto estratégico de acompanhamento da implementação da política de assistência social do próprio Ministério. Esclareceu que todos os Planos de Providência dos municípios habilitados com condicionalidade são acompanhados.

Ironi Camargo, representante da SETP, reforçou que o período anual 2009/2010 estabelecido pela Resolução nº 5/2010 CIT, se encerra no último dia do preenchimento do Censo SUAS/CRAS, assim, o início do período anual 2010/2011 se inicia no primeiro dia após o encerramento do Censo. Lembrou que cada período comporta diferentes exigências, de modo que o município se adapte gradativamente aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS até 2013.

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, lembrou que todos os municípios que estão em gestão inicial deverão se habilitar em gestão básica ou plena até o final de novembro devido à expansão para CREAS/PAEFI e CRAS/PAIF. Considerando os que foram habilitados nesta reunião, 64 municípios estão no nível de gestão inicial.

apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado em julho e agosto de 2010;

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, esclareceu que estes quarenta e seis municípios foram habilitados com condicionalidade na reunião ordinária que ocorreu em 24 de fevereiro de 2010 e tiveram o prazo de seis meses para reordenar as pendências constatadas nas análises dos pleitos. Os membros analisaram as inadequações ainda pendentes, pactuando o que segue:

ESCRITÓRIO REGIONAL	MUNICÍPIO	PACTUAÇÃO EM 28/09/2010
CAMPO MOURÃO	Campina da Lagoa	Abertura de processo de desabilitação
	Nova Cantu	Abertura de processo de desabilitação
	Quarto Centenário	OK
	Rancho Alegre D'Oeste	Abertura de processo de desabilitação
CASCADEL	Anahy	Abertura de processo de desabilitação
	Braganey	OK
	Palotina	OK
CIANORTE	Indianópolis	Abertura de processo de desabilitação
	Tapejara	Abertura de processo de desabilitação

	Agudos do Sul	Abertura de processo de desabilitação
CURITIBA	Almirante Tamandaré	Abertura de processo de desabilitação
	Guaraqueçaba	Abertura de processo de desabilitação
FOZ DO IGUAÇU	Santa Terezinha do Itaipu	OK
	Pinhal de São Bento	Abertura de processo de desabilitação
FRANCISCO BELTRÃO	Renascença	Abertura de processo de desabilitação
	Salgado Filho	Abertura de processo de desabilitação
	Foz do Jordão	OK
	Goioxim	OK
GUARAPUAVA	Laranjeiras do Sul	OK
	Marquinho	Abertura de processo de desabilitação
	Palmital	OK
	Guamiranga	OK
IRATI	Imbituva	OK
	Irati	OK
	Teixeira Soares	Abertura de processo de desabilitação
	Grandes Rios	Abertura de processo de desabilitação
IVAIPORÃ	Novas Tebas	Abertura de processo de desabilitação
	São João do Ivaí	OK
	Jundiá do Sul	Abertura de processo de desabilitação
	Ribeirão Claro	OK
JACAREZINHO	Salto do Itararé	Abertura de processo de desabilitação + Acompanhamento Ministério Público
	Siqueira Campos	Abertura de processo de desabilitação
	Alvorada do Sul	Abertura de processo de desabilitação
	Apucarana	Abertura de processo de desabilitação
LONDRINA	Florestópolis	Abertura de processo de desabilitação
	Jaguapitã	Abertura de processo de desabilitação
	Tamarana	Abertura de processo de desabilitação
PATO BRANCO	Mariópolis	Abertura de processo de desabilitação
	São João	OK
	Arapoti	Abertura de processo de desabilitação
PONTA GROSSA	Carambeí	Abertura de processo de desabilitação
	Piraí do Sul	OK
	Sengés	Abertura de processo de desabilitação
UMUARAMA	Tapira	Abertura de processo de desabilitação
UNIÃO DA VITÓRIA	Bituruna	Abertura de processo de desabilitação
	União da Vitória	Abertura de processo de desabilitação

Claiton Siqueira, representante da Prefeitura Municipal de Arapoti, discorreu que este não é o único município que enfrenta dificuldades e resistência por parte da Câmara de Vereadores. Informou que a pendência referente ao CMAS continua, pois os esforços foram empenhados na tentativa de readequar as outras pendências. Também informou que já foi solicitada a correção das modificações realizadas nas novas Leis do CMAS e CMDCA. No que tange ao FMAS, este não possuía CNJP, o qual está sendo providenciado e após sua correção o balancete também será readequado. A LDO está para ser aprovada na Câmara de Vereadores e assim que esta for aprovada, será discutida a

elaboração da LOA. Declarou que as publicações da resolução que aprova o Demonstrativo Sintético 2008 e da resolução que aprova o Plano de Ação 2009 já foram encaminhadas ao Escritório Regional.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público, informou que todos os municípios que entram em processo de desabilitação tem acompanhamento do Ministério Público, pois não teria sentido serem acompanhados depois que já foram desabilitados. Também solicitou a CIB o envio de ofício ao Ministério Público para oficializar o pedido de acompanhamento dos municípios que entram neste processo. Ainda, expôs a preocupação no que se refere ao processo de acompanhamento pelo Ministério Público dos municípios desabilitados, no sentido de que este ocorra tardiamente, assim prejudicando o município.

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, lembrou que foi pactuado o acompanhamento dos municípios habilitados com condicionalidade somente nos casos específicos que demandassem este procedimento. Já para os processos de desabilitação, considerando a preocupação exposta pela representante do Ministério Público, sugeriu seguir o previsto no fluxo de desabilitação estabelecido pela NOB/SUAS 2005, que descreve o início deste acompanhamento no momento da repactuação das medidas e prazos, que ocorre após a análise da defesa enviada pelo município. Observou que o acompanhamento do Ministério Público na abertura do processo de desabilitação é uma ação precipitada, visto que muitos municípios já encaminham as pendências sanadas após a abertura desse processo, e tem seu processo encerrado, bem como a manutenção da sua habilitação.

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, descreveu o caso do município de Salto do Itararé, o qual enviou ofício, assinado pelo prefeito municipal, solicitando a desabilitação do município mesmo sabendo da importância deste processo de habilitação e do CRAS. Ainda este documento informava que o município está passando por uma crise financeira, a qual impossibilita a efetivação de ações e projetos necessários, e logo que a situação seja normalizada, solicitarão novamente a habilitação.

Sionara de Paula, representante da SETP, esteve presente no município para realizar o monitoramento da expansão dos serviços e constatou que realmente a equipe técnica esta reduzida e impossibilitada de prestar plenamente os serviços. O município alega que todas as problemáticas estão relacionadas, também, a desorganização da gestão.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público, esclareceu que nenhum município é obrigado a aderir aos SUAS porque não é lei, porém, são obrigados a oferecer os serviços socioassistenciais com qualidade. Por isto, esse caso será comunicado ao Ministério Público para estudo das soluções cabíveis.

Rosilene Link, representante do COGEMAS, discorreu que as análises que estão sendo feitas fundamentadas na NOB/SUAS/2005, podem ser desconsideradas, considerando que a NOB/SUAS/2010 está em discussão.

Sionara de Paula, representante da SETP, esclareceu que a NOB/SUAS/2010, está em

discussão e as indicações referentes a sua vigência provavelmente serão dadas na próxima gestão devido ao processo eleitoral. Assim, o correto é continuar seguindo as orientações descritas na NOB/SUAS/2005 até que a nova versão seja oficializada, tendo em vista que é essa Norma que está vigente.

Os quinze municípios que reordenaram as pendências dentro do prazo estabelecido terão a manutenção da habilitação e o processo será enviado ao Escritório Regional para ser arquivado. Os municípios que não adequaram as pendências dentro do prazo terão processo de desabilitação aberto, bem como serão encaminhados os ofícios ao Prefeito, Gestor Municipal de Assistência Social, Escritório Regional, e para o Ministério Público quando for o caso.

rocessos de desabilitação;

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, retomou com os membros que os municípios listados abaixo foram habilitados com condicionalidade no ano de 2009, tiveram seis meses para reordenar as pendências e após o vencimento do prazo pactuou-se a manutenção da habilitação para os que haviam sanado as pendências e abertura do processo de desabilitação para aqueles que não tinham cumprido com as pendências. O prefeito e o gestor da política de assistência social dos municípios que entraram em processo de desabilitação foram notificados do início do processo, bem como tomaram conhecimento das inadequações ainda pendentes detalhadamente. Nesta notificação foi solicitado o envio da defesa do município dentro do prazo de trinta dias ou que já fossem encaminhados os reordenamentos das pendências.

A Secretaria técnica da CIB esclareceu que houveram municípios que cumpriram com as pendências, assim, sugere-se o encerramento do processo de desabilitação, porém, houveram aqueles que continuam com inadequações. Considerando que é a primeira vez que ocorre esta etapa do fluxo de desabilitação, cabe a Comissão discutir e pactuar um novo procedimento para esse municípios ainda pendentes.

Ironi Camargo, representante da SETP, observou que houveram municípios que não readequaram as pendências dentro do prazo concedido e sugeriu que para estes seja realizado uma ação mais próxima do município visando efetivar a readequação, como, por exemplo, a elaboração de um Plano de Providências ou acompanhamento do Ministério Público.

Os membros apontaram que existem Escritórios Regionais com a equipe técnica reduzida, fato que prejudica o atendimento aos municípios, os quais, muitas vezes, tem empenho em continuar os trabalhos, porém, ficam sem orientações de como proceder. O Escritório Regional de Jacarezinho, por exemplo, está sem técnicos.

Ironi Camargo, representante da SETP, comentou que mesmo com as equipes técnicas de alguns Escritórios Regionais estarem reduzidas, houve um comprometimento

e envolvimento no processo de monitoramento.

Sionara de Paula, representante da SETP, complementou a fala de Ironi e descreveu que as equipes técnicas dos Escritórios Regionais, apesar de atender um número alto de municípios, são capacitadas para tal e possuem o conhecimento necessário dos procedimentos. Complementou que apesar das carências, demonstram empenho no cumprimento de suas atribuições e são muito importantes para a efetivação da política de assistência social.

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, informou que o caso do Escritório Regional de Jacarezinho foi discutido em reunião realizada com os técnicos que procederam o monitoramento e foi acordado que a sede da SETP irá prestar orientação direta aos municípios desta regional até que a situação se normalize.

Marcela Laino Verrilo, representante do COGEMAS, indagou sobre quais são as principais questões que dificultam a adequação das pendências. Ironi Camargo, representante da SETP, esclareceu que em alguns casos há resistência dos próprios gestores municipais da política de assistência social em executar esta política por desconhecerem seu fluxo e finalidade. Porém, há casos nos quais os gestores da política reconhecem e valorizam a importância desta e conseguem repassar esta visão aos Prefeitos Municipais. Ainda, destacou que Prefeitos que não compreendem a política e sua importância, destinam os recursos financeiros para outras áreas que consideram prioridade, assim, a dificuldade financeira se torna outra questão que dificulta a organização da rede socioassistencial. Também, no que se refere a adequação do FMAS, há resistência dos contadores municipais, pois estes alegam que a NOB/SUAS é apenas uma normativa. Ainda destacou que o papel do Escritório Regional é fundamental na conscientização dos gestores municipais sobre a função e importância dessa política pública.

Após discussão e considerando que estamos em ano político e a existência de outras datas como as de reuniões, capacitações e encontros, os membros repactuaram o prazo de para tais municípios se organizarem, sendo que estes processos serão retomados na primeira reunião de 2011. Assim, pactuou-se o que segue:

ESCRITÓRIO REGIONAL	MUNICÍPIO	PACTUAÇÃO EM 28/09/2010
CAMPO MOURÃO	Altamira do Paraná	Encerramento do processo de desabilitação
	Fênix	Encerramento do processo de desabilitação
	Moreira Sales	Encerramento do processo de desabilitação
	Quinta do Sol	Encerramento do processo de desabilitação
CASCAVEL	Cafelândia	Encerramento do processo de desabilitação
	São Pedro do Iguaçu	Encerramento do processo de desabilitação
CIANORTE	Guaporema	Encerramento do processo de desabilitação

	Congonhinhas	Prazo prorrogado
	Jataizinho	Prazo prorrogado
CORNÉLIO PROCÓPIO	Santa Cecília do Pavão	Encerramento do processo de desabilitação
	Santo Antônio do Paraíso	Encerramento do processo de desabilitação
	Antonina	Prazo prorrogado
	Bocaiuva do Sul	Encerramento do processo de desabilitação
	Campina Grande do Sul	Encerramento do processo de desabilitação
CURITIBA	Guaratuba	Encerramento do processo de desabilitação
	Itaperuçu	Encerramento do processo de desabilitação
	Mandirituba	Encerramento do processo de desabilitação
	Paranaguá	Prazo prorrogado
FOZ DO IGUAÇU	Marechal Cândido Rondon	Encerramento do processo de desabilitação
GUARAPUAVA	Guarapuava	Prazo prorrogado
	Bom Sucesso	Prazo prorrogado
IVAIPORÃ	Ivaiporã	Encerramento do processo de desabilitação
	Santana do Itararé	Prazo prorrogado
JACAREZINHO	Tomazina	Prazo prorrogado
	Arapongas	Encerramento do processo de desabilitação
LONDRINA	Bela Vista do Paraíso	Prazo prorrogado
	Kaloré	Encerramento do processo de desabilitação
	Atalaia	Encerramento do processo de desabilitação
	Floresta	Prazo prorrogado
MARINGÁ	Marialva	Encerramento do processo de desabilitação
	Paiçandu	Encerramento do processo de desabilitação
	Presidente Castelo Branco	Prazo prorrogado
PARANAÍ	Marilena	Encerramento do processo de desabilitação
	Clevelândia	Encerramento do processo de desabilitação
PATO BRANCO	Pato Branco	Prazo prorrogado
	Saudade do Iguaçu	Encerramento do processo de desabilitação
	Sulina	Encerramento do processo de desabilitação
PONTA GROSSA	Palmeira	Encerramento do processo de desabilitação
	Alto Paraíso	Encerramento do processo de desabilitação
UMUARAMA	Cafezal do Sul	Encerramento do processo de desabilitação

- **Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do**

Iguaçu: retorno dos relatórios advindos dos representantes do MDS;

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, informou que na última reunião da CIB os representantes do MDS que acompanham o município de Foz do Iguaçu, se comprometeram em encaminhar os relatórios da visita técnica ocorrida em maio/2010. Assim, os relatórios foram enviados e o MDS solicitou algumas readequações das inadequações ainda pendentes.

Rosilene Link, representante do COGEMAS, informou que o município já elaborou a defesa, encaminhada ao MDS no dia 30 de agosto, e sugeriu que a CIB aguarde o posicionamento do Ministério. Ainda informou que o Prefeito Municipal solicitou novamente a visita de uma equipe técnica para verificar as pendências referentes aos programas ofertados e realizar orientações, caso necessárias. Destacou a importância do envolvimento do Ministério Público a partir deste momento no processo, pois provavelmente contribuirá para agilização do mesmo.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público, informou que em função dos temas que estão com problemas e no município, o Ministério Público dialogou com a Promotora do Direito da Infância e da Juventude para que esta também acompanhe o caso, juntamente com a Promotora de Direitos Constitucionais. Ainda, destacou que houve intervenção do Ministério Público durante este processo, porém, como o município voltou ao nível de gestão básica, optou pela não intervenção, pois esta se tornou desnecessária.

Após discussão, pactuou-se a realização de uma reunião entre a SETP e o Ministério Público para discussão dos relatórios.

- Instrumentos de Gestão da Política de Assistência Social: retorno sobre o preenchimento;

Carla de Souza, representante da SETP, lembrou que na última reunião da CIB o prazo de preenchimento dos instrumentos estaduais – Plano Municipal de Assistência Social e Relatório de Gestão – foi prorrogado em uma semana para aqueles que não haviam terminado o preenchimento. Repassou que as pendências referentes ao Plano de Ação foram sanadas. No que tange ao Relatório de Gestão, dois municípios não completaram o quadro de financiamento: Paranaguá e Abatiá. O município de Paranaguá enviou outra justificativa e Abatiá não enviou justificativa por escrito, contudo, o Escritório Regional entrou em contato e explicou que só não foi realizado o preenchimento do quadro de financiamento, devido desentendimento do contador. Assim, optou por não preencher, do que realizar o procedimento incorreto.

No que se refere ao preenchimento dos instrumentos federais, este foi prorrogado até o dia 30 de setembro. Mesmo assim, há vários municípios com pendências e três casos que estão com o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-financeira rejeitado: Paranaguá, Boa Esperança do Iguaçu e Curiúva. O município de Curiúva enviou um ofício diretamente a CIB informando que o CMAS não aprovou a prestação de contas, e esta

informação foi apresentada na reunião do CEAS. Os outros dois municípios não enviaram justificativa referente ao não preenchimento do referido instrumento. Ainda, ressaltou que tal fato acarreta no corte de recursos federais.

Após discussão e considerando que o preenchimento e aprovação destes instrumentos interferem na habilitação do município, pactuou-se por aguardar o fim do prazo para preenchimento, e solicitar uma justificativa aos municípios, para análise e posterior elaboração de um Plano de Providências que será apresentado e pactuado na próxima reunião da CIB.

- **Ofício nº 010/2010 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Curiúva referente ao Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeiro de 2009.**

Este ponto de pauta refere-se ao ofício enviado pelo município de Curiúva justificando que o CMAS não aprovou a prestação de contas, conforme o exposto no ponto de pauta anterior.

Informes:

- **Calendário das Câmaras Técnicas;**

Ironi Camargo, representante da SETP, informou que na última reunião da SETP com os técnicos dos Escritórios Regionais foi pactuada a agenda das Câmaras Técnicas finais para verificar os itens que foram cumpridos e os que não foram cumpridos. Neste último caso, os municípios serão indicados à CIB, para pactuação das soluções cabíveis. Os relatórios serão apresentados na última reunião da CIB deste ano, dia 14 de dezembro.

- **Ofício do MDS referente ao Censo CRAS 2009;**

Kelli Regina Albanese, Secretária Técnica da CIB, lembrou que o MDS ao fim do Censo CRAS de cada ano realiza um levantamento e encaminha aos Estados a relação dos municípios que possuem pendências. Assim, no início do mês de julho deste ano, o MDS enviou um ofício a SETP, retornando sobre o preenchimento do Censo CRAS 2009, apontando pendências nos municípios de Palmeira, Ibema e Toledo. A SETP repassou o ofício aos Escritórios Regionais e solicitou a realização de visita técnica e emissão de parecer técnico, sendo que estes foram elaborados e enviados a SETP, inclusive com documentos em anexo, comprovando a regularização das situações. As situações já foram informadas aos MDS.

Ironi Camargo, representante da SETP, aproveitou o ponto de pauta para comunicar que o MDS enviou um e-mail descrevendo que os municípios que realizaram o aceite do CRAS ou CREAS nas recentes expansões do cofinanciamento do PAIF e PAEFI, só devem preencher o questionário do Censo SUAS caso o equipamento já esteja efetivamente implantado e em pleno funcionamento. Todas as unidades que iniciarem suas atividades em data posterior ao encerramento do Censo SUAS 2010, deverão ser cadastrados no

CAD/SUAS quando iniciarem a oferta efetiva dos serviços à população.

- **Resolução nº 008/2010 – CIT;**

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, informou que no kit de materiais entregue aos membros há uma cópia da Resolução nº 008/2010 – CIT a título de conhecimento.

- **Repasse das Reuniões Ordinárias da CIT ocorridas em 04 de agosto e 01 de setembro;**

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, repassou os pontos principais da reunião da CIT ocorrida em 04 de agosto. No que refere-se ao Cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico, Nircélio Zobot, representante da SETP, informou que entre 25 e 28 de outubro ocorrerá capacitação para os municípios da regional de Pato Branco e Paranaíba; de 08 a 11 de novembro capacitação para os municípios da regional de Guarapuava; de 16 a 19 de novembro para os municípios da regional de Londrina e de 22 a 25 de novembro para os municípios da regional de Cornélio Procópio, o qual será realizado em Londrina. Nos demais municípios já foram feitas as capacitações dos entrevistadores. No dia 18 de outubro inicia-se a capacitação dos operadores na versão nova do Cadastro Único, o cronograma será divulgado logo após a definição das datas.

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, informou que o prazo da consulta pública da NOB/SUAS 2010 foi prorrogado para o dia 13 de outubro de 2010. Na reunião ocorrida em Foz do Iguaçu foram construídas propostas referentes a nova versão da NOB, as quais serão encaminhadas a CIT.

- **Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS 2010, ocorrido em Brasília/DF entre os dias 18 a 20 de agosto de 2010;**

Rosana Macedo, representante da SETP, informou que entre os dias 18 a 20 de agosto ocorreu o Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS 2010 em Brasília/DF, no qual foram apresentados e discutidos os indicadores do Monitoramento do CRAS, do CREAS, do PETI e do programa Pró-Jovem Adolescente. Este Encontro teve como objetivo contribuir para a melhoria e qualidade dos serviços.

Ironi Camargo, representante da SETP, repassou que ocorreram oficinas, as quais discutiram diversas temáticas, como instrumentos para o CRAS e CREAS. Nesta oficina foi disponibilizado o acesso do ID/CRAS pelos próprios municípios.

- **Oficina de Acompanhamento de Proteção Social Básica – 09 e 10 de setembro/2010;**

Sionara de Paula, representante da SETP, fez o repasse da Oficina de Acompanhamento de PSB, evento que tinha como objetivo instrumentalizar o Estado para realizar o monitoramento dos serviços.

- **Evento em Foz do Iguaçu para discussão da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Revisão da NOB/SUAS (22 e 23 de setembro/2010).**

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, informou que neste evento foi encaminhada a elaboração de uma carta para ser enviada a todos os candidatos ao cargo de governador do Estado, contendo os principais empecilhos e propostas acerca da execução da política de assistência social.

Márcia Buhner, representante da SETP, realizou a leitura da referida carta.

Letícia Raymundo, representante da Fundação de Ação Social – FAS de Curitiba, expôs que ficou aprovada em plenária proposta dos representantes da FAS, constando que seria importante destacar a situação real do Estado do Paraná, especificamente da SETP. Explicou que essa proposta foi aprovada em plenária e não constou na carta. No que se refere ao processo de monitoramento, expôs que este foi um “momento” e não um “processo”.

Nircélio Zobot, representante da SETP, expôs ser do seu entendimento que o conteúdo da carta explicitou as carências do Sistema, as necessidades do Estado sem aprofundá-las em razão da característica do documento e que não caberia expor diagnóstico exaustivo que demandaria maior tempo e discussões.

Carmen Zadra, representante da SETP, afirmou que entende o manifesto realizado por Letícia. Justificou que não foram incluídos dados quantitativos, específicos da estrutura estadual, porque esta Sede contempla o comando de três políticas diferentes, e na hipótese de criação de Secretaria com comando único, teria que redimensionar o quantitativo atual de recursos humanos entre outras questões, com a possibilidade de junção com outras Secretarias, só podendo se concretizar diante de uma proposta real do Governador eleito.

Letícia Raymundo, representante da FAS, enfatiza que o cenário apresentado parece ser muito bom para quem lê a carta, e esta não é a realidade, pois, há ausência de cofinanciamento do Estado, além de problemas com recursos humanos, além de vários problemas no Estado que poderiam ser abordados de forma macro e não foram. Assim, registra seu protesto.

Nicéia Brandão Lemes, coordenadora da CIB, assumiu o compromisso de repassar ao próximo governador a situação atual da Secretaria.

- **Próxima Reunião da CIB:** 09 de novembro.